

Projeto de Lei nº 4904, de 2020

Iniciativa: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Ementa:

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal, com o objetivo de afastar a ilegalidade automática da prisão preventiva.

Explicação da Ementa:

Elimina a ilegalidade da prisão preventiva quando há omissão na revisão, de ofício, cabendo à defesa requerer a sua revisão. A prisão se torna ilegal apenas se não revisada no prazo de 30 dias após o pedido. Aumenta de 90 para 180 dias o prazo de revisão nos casos de prisão preventiva de condenados em primeira instância.

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura: 13/10/2020

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 19/05/2023 - Comissão de Segurança Pública

Destino: -

Último estado: 10/08/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA

Relatoria atual: Relator: Senador Fabiano Contarato

Tramita em conjunto com:

Projeto de Lei nº 4917 de 2020

Projeto de Lei nº 4911 de 2020

Despacho:

19/05/2023

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CSP) Comissão de Segurança Pública

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

19/05/2023

Decisão da Presidência

Tramitação Conjunta

Análise - Tramitação sucessiva

Relatoria:

CSP - (Comissão de Segurança Pública)

Relator(es):

Senador Fabiano Contarato

TRAMITAÇÃO

10/08/2023 CSP - Comissão de Segurança Pública

Ação: Distribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.

30/05/2023 CSP - Comissão de Segurança Pública

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

19/05/2023 CSP - Comissão de Segurança Pública

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 23/05/2023 a 29/05/2023.
Perante a CSP.

19/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Nos termos do art. 48, §1º, do Regimento Internos, a Presidência determina a tramitação conjunta dos PL nºs 4904, 4911 e 4917, de 2020.
As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CSP, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 17 - DSF nº 78

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

13/10/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 13/10/2020.

Publicado no DSF Páginas 569-572 - DSF nº 145

DOCUMENTOS

PL 4904/2020

Data: 13/10/2020

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), com o objetivo de afastar a ilegalidade automática da prisão preventiva.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/10/2020

Autor: Senado Federal



Projeto de Lei nº 4904, de 2020

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 13/10/2020.

Descrição/Ementa: -